

SENADO FEDERAL
Senador JARBAS VASCONCELOS

Na linha de frente

Coletânea de discursos do Senador Jarbas Vasconcelos

- **Contra o golpe do terceiro mandato**
- **Em defesa da CPI da Petrobrás**
- **Por uma Reforma Política Séria**

(Discursos pronunciados nos meses
de Maio e Junho de 2009)

BRASÍLIA – 2009

“Vivemos no sistema presidencialista com o direito assegurado de o chefe do Poder Executivo disputar uma reeleição consecutiva. É o suficiente. Alterar isso é querer transformar o Brasil numa *república de bananas*”.

(Extraído do discurso contra a proposta do terceiro mandato para cargos do Poder Executivo, de 12 de maio de 2009)

SUMÁRIO

Contra o golpe do terceiro mandato (12.05.2009)4

Em defesa da CPI da Petrobrás (18.05.2009)18

Por uma Reforma Política Séria (02.06.2009)26

CONTRA O GOLPE DO TERCEIRO MANDATO

(Brasília, 12 de Maio de 2009)

O Senhor Presidente Mão Santa (PMDB–PI) – Após brilhante pronunciamento de Demóstenes Torres, convidamos para vir à tribuna, como orador inscrito que permutou com o Senador Papaléo Paes, o Senador Jarbas Vasconcelos.

Jarbas Vasconcelos representa Pernambuco pelo PMDB. Tem uma história bonita: participou do grupo de autênticos do PMDB e foi presidente desse Partido.

Antes, peço permissão para anunciar a presença de dois líderes da base do Legislativo, que são os Vereadores: Professor José Filho, Presidente da Associação dos Vereadores do Piauí, e o Vereador Deusinho, Presidente da União de Vereadores do Ceará. Eles, sem dúvida alguma, são os verdadeiros senadores municipais.

Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, vivemos hoje tempos muito estranhos. Só muita estranheza pode explicar a recente movimentação política em defesa de um terceiro mandato consecutivo para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O mais bizarro de tudo, é que essa proposta parta exatamente de integrantes do Poder Legislativo. A imprensa divulgou que a sugestão para mais quatro anos para o Presidente Lula partiu do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados. Nenhum dos dois negou a informação.

Outro aspecto importante a relembrar é que durante a eleição para a Presidência do Senado Federal usaram o “fantasma” do terceiro mandato contra a candidatura do Senador Tião Viana. Afirmavam que a vitória de Tião Viana representaria o retorno da proposta. Agora o tema volta à baila, mas justamente com o PMDB presidindo as duas Casas.

Os motivos que movem os que defendem essa iniciativa, para mim, são muito claros e vão na direção do que venho afirmando reiteradamente. Esses senhores defendem, antes de qualquer coisa, seus próprios interesses, não pensam no Brasil, pensam em se perpetuar no poder, usufruir eternamente de todas as benesses que isso possa significar.

Antes de me aprofundar nesse assunto quero deixar bem clara a minha posição: sou contra o terceiro mandato, seja para o Presidente Lula, seja para qualquer outro Presidente da República.

E por que toda essa movimentação, já que esse assunto tinha sido superado em meados do ano passado?

Aí é que começa o sentido mórbido e desrespeitoso dessa história. O “bode” foi colocado na sala, como se diz lá no Nordeste, por causa do estado de saúde da Ministra Dilma Rousseff, que é apresentada pelo próprio Presidente da República como candidata governista à sucessão do próximo ano.

Diante das dúvidas sobre as condições reais da Ministra Dilma, a chamada base governista se apressou em retomar a bandeira golpista de um terceiro mandato.

Não tinha e ainda não tenho simpatias pelo instrumento da reeleição para cargos executivos, especialmente por causa das características da política no Brasil, personalista e com pouco pudor na hora de usar a estrutura pública nas eleições.

O mais chocante, de tudo isso é que a ressurreição do terceiro mandato chega na hora em que o Congresso Nacional enfrenta a maior crise de credibilidade da sua história.

E tudo isso ocorre apenas poucos meses depois que o próprio Congresso Nacional comemorou os vinte anos da promulgação da Constituição Cidadã. Essa iniciativa de permitir a disputa de um terceiro mandato consecutivo significa um golpe devastador em todas as conquistas democráticas dos últimos anos. É destruir, Sr. Presidente Mão Santa, a nossa jovem Constituição.

A quem pode interessar a aprovação de uma medida dessas com o Legislativo destroçado? É o maior sinal de submissão de um Poder da República que presenciei nos últimos quarenta anos, só comparável às demonstrações de subserviência dos Presidentes da Câmara e do Senado durante a ditadura.

Se a causa for a popularidade do Presidente da República, é melhor implantar o parlamentarismo. Num sistema parlamentarista, o Chefe de Governo permanece na função enquanto goza de respaldo político, mas essa lógica também funciona num caminho contrário, e o governo cai quando perde o respaldo popular.

Pergunto, Senhor Presidente, alguém defendeu essa segunda hipótese por ocasião do desgaste causado pelo escândalo do "Mensalão" há quatro anos? Claro que não.

Vivemos no sistema presidencialista com o direito assegurado de o chefe do Poder Executivo disputar uma reeleição consecutiva. É o suficiente. Alterar isso é querer transformar o Brasil numa "república de bananas".

Por isso me soa absurda essa história de que a popularidade presidencial é pré-requisito. É a justificativa correta para aprovar um terceiro mandato.

Afirma Norberto Bobbio:

"A soberania popular não pode se basear na mera autoridade do número, pois a maioria é tão arbitrária quanto o arbítrio individual. A soberania não pode ser senão a soberania do Direito, de uma ordem jurídica racionalmente organizada".

Vamos trabalhar sob hipóteses, para se ter uma dimensão do que estão propondo para o País. Imaginem que o Congresso Nacional - contra o meu voto - aprove o instituto do terceiro mandato. O Presidente Lula mantém seus índices de aprovação e se reeleger pela segunda vez em 2010.

Quatro anos depois, se repetiriam as condições atuais, e consequentemente o Congresso seria levado a aprovar um quarto mandato. Não estou sendo sarcástico nem irônico, mas quem

defende três mandatos consecutivos deve referendar o quarto, sem objeções de ordem ética.

Diante dessa perspectiva continuísta, Senador Tasso Jereissati, talvez fosse mais racional restabelecer a Monarquia no Brasil, coroando o nosso atual Presidente da República como “Lula 1º”.

O mais triste é que esse episódio mostra que o Presidente da Venezuela, Coronel Hugo Chávez, está fazendo escola na América Latina, onde ocorrem tentativas reiteradas em diversos países para quebrar as regras constitucionais e permitir a perpetuação no poder.

Analisando as conseqüências da tendência déspota da maioria, que parece em voga em nosso Continente, Bobbio fez uma outra análise que parece antever, com uma exatidão impressionante, o que ocorre hoje no Brasil:

“Entre os efeitos deletérios da onipotência da maioria, estão a instabilidade do Legislativo, a conduta frequentemente arbitrária dos funcionários, o conformismo das opiniões e a redução do número de homens ilustres na cena política”.

O vírus da tirania cresce quase sempre sob a complacência dos atores da cena política. É grave, muito grave que esse tema do terceiro mandato volte à pauta política exatamente por quem deveria, no âmbito do Poder Legislativo, defender a democracia, a liberdade e a pluralidade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Senador Jarbas, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Estava acompanhando aqui o noticiário. O que consta é que uma figura que tem cumprido um belo papel no processo de unidade nacional é o Presidente Álvaro Uribe. Mas estaria, a meu ver, incorrendo em um equívoco, que é justamente buscar seu terceiro mandato, o que teria sido aprovado na Câmara e estaria dependendo de muito pouca coisa no

Senado. O Presidente Uribe tem enfrentado aquela guerrilha, que na verdade é uma narcoguerrilha, mas a suposição de que só ele enfrenta a guerrilha é algo messiânico, algo que merece minha reprovação pessoal, embora eu o admire como homem público.

Em relação ao Presidente Lula, que tem repetidas vezes dito e reiterado que não aceita discutir a tese do terceiro mandato – e eu nem vejo mais tempo hábil para isso – acho que nós aqui somos capazes de impedir a aprovação disso aqui no Senado. Eu queria colocar para a sua reflexão o seguinte pensamento. A tese é tão absurda, é tão estulta que, se o parâmetro é a popularidade, então a popularidade garantiria mais do que três, garantiria seis mandatos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – O presidente Lula fala em pré-requisito. Para ele a popularidade seria pré-requisito.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Pré-requisito. Se, por outro lado, por qualquer razão de crise, ou como aconteceu na época do chamado mensalão, a popularidade desaba, eu pergunto: aí nós tínhamos o direito de amputar o mandato? Ou seja, o presidente é eleito para cumprir um determinado termo com a popularidade lá em cima ou com a popularidade lá embaixo. Se popularidade garante mais mandato, impopularidade manda cassar o mandato? Que República estaríamos construindo? Que estabilidade política estaríamos legando aos nossos filhos e netos?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Nenhuma.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Então essa é a reflexão que eu trago para o discurso de V. Ex^a que, como sempre, é oportuno. É no mínimo estranho, a essa altura, nós estarmos às vésperas de uma eleição, quando o Governo tem candidatura declarada absurdamente, às vésperas não, às vésperas de uma pré-campanha, absurdamente o Governo tem uma candidatura declarada, o que não é nem bom administrativamente porque perde a sua gerente. E nós da Oposição, que deveríamos estar açodados com isso, não estamos. Estamos querendo simplesmente que

nossos governadores façam boas gestões, que nós saibamos sair desta crise, desta encalacrada em que se enfiou o Congresso Nacional, e na hora própria vamos terçar as armas do voto para ver quem tem mais. Quem tem mais assume e governa, quem tiver menos perde e vai fiscalizar o governo vencedor. Mas eu queria dar essa contribuição, ou seja, popularidade não pode ser parâmetro para alguém querer mais um mandato, porque, senão, impopularidade significaria amputar um mandato. E nem uma coisa é justa, nem a outra é de tornar o País estável. Ao contrário, é de desestabilizar o País. Obrigado, Senador Jarbas.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – É valiosa, como sempre Senador Arthur Virgílio, a intervenção, a participação de V. Ex^a nos debates. São oportunas e precisas as comparações que faz , não falou, mas deu a entender as diferenças – entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Muito obrigado Senador Arthur Virgílio.

Eu ouço o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB–MG) – Senador Jarbas Vasconcelos, o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, já falou por nós, pelo PSDB, mas eu gostaria também de me manifestar, porque não tem o menor sentido voltar a essa discussão de terceiro mandato ou, então, nós não podemos acreditar mais em ninguém. Quer dizer, o próprio Presidente já disse que não quer, não é isso? Mas ele permite que alguns dos seus companheiros de Partido continuem veiculando esse assunto. Não é da nossa tradição política. Não tem sentido se falar nisso. Não há tempo hábil para aprovar uma mudança dessa. De maneira que é importante que nós estejamos realmente alertas. E o seu pronunciamento vem exatamente nesse sentido, de mostrar a importância de que o processo político brasileiro caminhe, mas caminhe na normalidade e não com esses sobressaltos que se colocam. Não há nenhuma justificativa para querer mudar, porque, se problemas existem no Legislativo, existem no Executivo em número muito maior. De maneira que não é por esse motivo que se pode voltar a esse assunto.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) –Fico muito grato pelo seu oportuno aparte Senador Eduardo Azeredo. É preciso apenas destacar que esse tema voltou em volume muito grande. Primeiro foi o Ex-Presidente da República, o Senador Fernando Collor, que, em entrevista ao Valor, um jornal de grande circulação nacional, disse com todas as letras que defende e que defenderia em plenário um terceiro mandato para o Presidente Lula. E depois, uma notícia não desmentida até hoje, de que os dois Presidentes, da Câmara e do Senado, pertencentes ao PMDB, estiveram com o Presidente da República estimulando- o a percorrer o caminho do terceiro mandato.

Ouçó o Senador Mozarildo com muita honra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB–RR) Senador Jarbas Vasconcelos, quero me associar às preocupações e reflexões que V. Ex^a faz. Sou do PTB. Mas discordo completamente do pensamento do companheiro e Ex-Presidente Fernando Collor, pelo que V. Ex^a já colocou. Quando houve um problema com o Presidente Collor, ele sofreu o impeachment. Então, toda vez que houver uma variação, como houve o escândalo do mensalão, vamos fazer o impeachment também? E o que mais me assusta é que o PT, que se opôs tenazmente ao instituto da reeleição, agora, de maneira muito trabalhada, quer um terceiro mandato para o Presidente Lula. Isso lembra aquela história contada no livro A Revolução dos Bichos, em que se escreviam umas regras e depois se alteravam, à noite, de acordo com a conveniência do comando da revolução.

Eu não concordo. Quero deixar bem claro que não concordo com essa idéia de terceiro mandato, como concordei com a reeleição. Não era Parlamentar à época, mas acho que uma reeleição é importante. E o Brasil sequer amadureceu efetivamente a experiência da reeleição, e já pensar em uma eleição pela terceira vez ou uma segunda reeleição é um absurdo. Eu realmente quero me associar e deixar bem registrada a minha posição contrária a sequer discutir esse tema.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Muito grato Senador Mozarildo pelo seu aparte, sempre de muito conteúdo. Eu acompanho V. Ex^a aqui sempre atento, sempre presente. Para mim não é estranho que reitere essa posição de democrata porque seria um atentado à Constituição, vigente há apenas vinte anos, mudar regras das eleições às vésperas, praticamente, do pleito.

Existem dois petistas, por quem tenho muito respeito, o senador João Pedro e o senador Suplicy que estão pedindo aparte, além do senador Papaléo. Eu gostaria apenas de adiantar um pouco meu pronunciamento.

Devo admitir, no entanto, que ainda resisto em acreditar que o Presidente Lula, por sua história e pelo que conquistou nos últimos anos, venha a dar ouvidos a essa proposta de romper com as regras vigentes e apoiar um novo mandato consecutivo. A consequência óbvia de apostar nessa aventura seria comprometer irremediavelmente sua biografia. Passaria para a história não como um Presidente competente, como é o seu desejo, mas como um déspota que usou de todos os recursos para se manter no poder.

Não alimento ilusões, Sr^{as} e Srs. Senadores, a aprovação de um terceiro mandato irá, com toda a certeza, dividir o País.

Ouçó V. Ex^a, Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT–AM) – Estou acompanhando o pronunciamento de V.Ex^a E, como membro do Senado, acho que é justo, primeiro, o acompanhamento de manifestações de lideranças do Congresso. V.Ex^a está fazendo, como disse, um contraponto a essa...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Foi o que eu li na imprensa.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT–AM) - Manifestações. E foram lideranças, interlocutores importantes aqui do Congresso: do PMDB, do PTB. Mas eu vou aproveitar, neste aparte... Há companheiros de Bancada do PT. Nós já tivemos conversa com o Presidente. E o Presidente Lula foi peremptório em não aceitar o terceiro mandato.

Agora, penso – e essa é a minha contribuição no sentido de a gente fazer uma reflexão sobre esse quadro –, primeiro, que o Brasil não tem condições para fazer essa discussão de terceiro mandato. Isso não cabe. Agora, o Congresso Nacional está perdendo uma grande oportunidade de nós fazermos o debate sobre reforma política.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Sem dúvida, Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT–AM) – Então, nós poderíamos juntar as forças partidárias, as lideranças, para fazermos um debate junto com a sociedade e fazermos a reforma política. Essa é uma dívida que nós temos no sentido de consolidar a democracia, no Brasil. Nós avançamos. E a democracia é um pilar importante para o enfrentamento da crise econômica, da crise financeira. A democracia é muito importante, o que conquistamos. Mas está faltando a reforma política. Então, as lideranças do Congresso poderiam propor isso. Esta é a pauta do Congresso: a reforma política, profunda, estratégica, comprometida com o Estado brasileiro, em consonância com o que pensa a sociedade brasileira. Aí, sim, esse seria o debate. Este, no meu ponto de vista, é o debate.

Nós ainda temos tempo para pautar a reforma política. Muito obrigado pelo aparte e pelo zelo de V. Ex^a em combater idéias. Eu penso que não ajuda o Brasil, nem a democracia, tão nova que temos no País. Muito obrigado, Senador Jarbas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT–SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Pois não, permitirei.

Muito obrigado, Senador João Pedro, pelo aparte de V. Ex^a, não só pela sua condição de petista, mas porque é Senador da República com brilho, com atuação permanente aqui, neste plenário. V. Ex^a e disse duas coisas muito importantes. De forma peremptória, afirma que o Presidente Lula nega a disposição de disputar o terceiro mandato e acrescentou que é preciso debater

sobre a Reforma Política e com relação a este assunto eu gostaria de deixar claro meu apoio a V. Ex^a. Essa deveria ser nossa pauta de discussão nesse momento tão ruim, de tanta mediocridade que vive o País e que se encontra instalada dentro do Congresso e parece não querer nos deixar.

Senador Suplicy, eu ouço, pela ordem, o Senador Papaléo Paes, que pediu primeiro, e depois, com muita honra, V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB-AP) – Senador Jarbas Vasconcelos eu quero parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz hoje para esta Casa exatamente porque era um tema que deveria estar quase que diariamente aqui sendo discutido para que a população pudesse ser despertada para tudo que anda acontecendo neste País e que me parece ser um movimento, não digo ser silencioso, mas falsamente despretensioso no sentido de desgastar dois grandes poderes da República, que são o Judiciário e o Legislativo, e deixar sempre a salvo, livre de qualquer agressão, o Poder Executivo. Nós vemos que essa onda na América Latina, nos países vizinhos do Brasil, é uma onda em que cada Presidente da República tem seu estilo para se manter ditatorialmente no Poder. Cada um tem seu estilo: o Chávez é na força, na marra; o outro pega um plebiscito, falsifica a eleição...

Cada um tem o seu estilo. E o estilo do Presidente Lula é o estilo de bonachão, parece que não quer nada. Enquanto isso, o trabalho de desgaste dos dois outros Poderes vai, cada vez mais, se aprofundando e vai chegar o momento que, com cara de João bobo, – com todo o respeito – vai dizer: “Bom, e agora? Só tem o Executivo aqui zelando pela Nação. O que vocês querem?” E naturalmente o povo vai querer o tal do terceiro mandato. Então, seria uma grande covardia, o PT, através do seu grande Líder, o Presidente da República, fazer todo este trabalho que está fazendo, que começou desde o mensalão, desde os escândalos que aconteceram neste Governo, no sentido de facilitar uma condição para que a nossa democracia seja, de uma maneira extremamente devastadora, atingida. Então, esse é o meu pensamento.

E esse pensamento, Senador Jarbas, não é de agora, não. Essa construção visando ao terceiro mandato já vem de muito tempo. É com toda lucidez que estão fazendo esse processo. Que todos nós, que estamos aqui no Legislativo, que é o maior poder de sustentação da democracia, fiquemos atentos. Todos nós, governistas e não governistas, porque o terceiro mandato é muito trágico para a Situação, para a Oposição, para todo o País, porque não podemos voltar ao que já passamos há alguns anos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Obrigado inclusive por ter cedido o tempo de V. Ex^a para que eu pudesse falar num horário melhor.

Ouçó, com muita alegria, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT– SP) – Prezado Senador Jarbas Vasconcelos, já reporteí isto aqui, mas creio ser importante transmitir a V. Ex^a um fato sobre esse assunto. No início de 2007, houve um jantar da Bancada dos Senadores do Partido dos Trabalhadores – naquele dia, só não pôde estar presente o Senador Augusto Botelho, que tinha um compromisso no seu Estado, e ele não pôde testemunhar. Naquela ocasião, perante todos nós, Senadores da Bancada do PT, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse a nós, do Partido dos Trabalhadores, que avaliava que nós não poderíamos defender, em quaisquer circunstâncias, a sua reeleição para um terceiro mandato.

Portanto, posso até transmitir a V. Ex^a que, naquela ocasião, o Presidente começou com uma brincadeira dizendo: “Ah, vocês não sabem como é bom ser Presidente e tudo.” Mas aí, com muita seriedade, olhando para todos nós, disse: “Vocês, do Partido dos Trabalhadores, não devem estar defendendo uma nova reeleição para o Presidente Lula”. Nós fomos contrários ao direito de reeleição quando o Presidente Fernando Henrique aqui colocou essa proposição. Quero transmitir que, entre nós do Partido dos

Trabalhadores e entre nós Senadores do Partido dos Trabalhadores, de toda a Bancada, nunca testemunhei qualquer diálogo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Só queria pedir permissão para prorrogar por mais uma hora esta sessão, para que se desse sequência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Pois não. Nós, em nenhum momento, Senador Jarbas Vasconcelos, temos considerado essa hipótese. É fato que um Deputado Federal, muito amigo de todos nós, Devanir Ribeiro, chegou a considerar essa hipótese, mas, a pedido do próprio Presidente Lula e da direção do Partido, não tem mais insistido nesse assunto. Portanto, pode ter V. Ex^a a convicção de que a perspectiva do Presidente Lula, como é de bom senso, saudável para a democracia, é que possa haver a eleição de uma pessoa do Partido dos Trabalhadores, da sua equipe. Eu próprio disse à Ministra Dilma Rousseff o quanto compreendo as razões pelas quais ela foi escolhida pelo Presidente para ser nossa candidata do Partido dos Trabalhadores. Quero apoiá-la inclusive porque ela manifestou seu interesse em apoiar uma das metas pelas quais tanto batalho: de haver o direito, no Brasil, a uma renda básica de cidadania para nossos 191 milhões de habitantes. Então, V. Ex^a aqui chama a atenção, conclama os Presidentes da Câmara e do Senado... Essa proposição não seria a mais saudável, mas quero garantir-lhe que o que ouvi do Presidente Lula – e tenho ouvido constantemente – é que ele, de fato, não cogita a possibilidade de solicitar ao Congresso Nacional, por ele próprio ou por Parlamentares da base do Governo, que haja um terceiro mandato para si mesmo.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. É muito bom ouvir de V. Ex^a e de outros membros do Partido dos Trabalhadores afirmação tão clara e transparente no sentido de extirpar de uma vez por todas, essa ideia antidemocrática e anticonstitucional de um terceiro mandato para o atual Presidente da República.

Prefiro acreditar nas palavras do Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, de que o Presidente não tem interesse nessa discussão nem autoriza defenderem a mudança em seu nome, a exemplo do que fazem hoje dois senadores que pertencem à Bancada do PT aqui no plenário do Senado.

O Senador Heráclito Fortes quer um aparte? Estou terminando.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM-PI) – Senador Jarbas, eu pediria permissão a V. Ex^a para fazer um contra-aparte curto e grosso ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM-PI) – Ele está garantindo que o Presidente Lula não quer. Mas V. Ex^a garante à Nação brasileira que, se o Presidente Lula mudar de idéia, V. Ex^a continua contra a terceiro mandato? Se o Presidente Lula amanhã mudar de opinião, V. Ex^a continua contra o terceiro mandato? Porque o que se está fazendo aqui é um jogo de empurra. Que se está trabalhando por um terceiro mandato ou, na pior das hipóteses, por uma prorrogação, a Nação brasileira toda sabe. O questionamento que eu faço a V. Ex^a é o seguinte: se ele mudar de idéia, se o seu Partido mudar de idéia, coerente como é V. Ex^a, V. Ex^a continua contra o terceiro mandato? Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Se o Senador Jarbas Vasconcelos quiser que eu responda essa pergunta como um aparte a V. Ex^a, eu esclareço. Eu votei contrariamente ao direito de uma reeleição e votarei, em qualquer momento em que isso for aqui colocado no Senado – e o Presidente Lula sabe disso –, contra outro direito de reeleição para o Presidente Lula, porque seria eu contrariar tudo o que tenho dito aqui ao longo destes anos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Eu acredito em V. Ex^a, Senador Suplicy.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está querendo intervir?

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB–RN) – Senador Jarbas Vasconcelos, eu também quero manifestar a minha crença absoluta e total de que não vamos ter o terceiro mandato. Essa crença decorre do fato de que a Nação brasileira iria pressionar o Congresso de maneira a que não se deixasse dúvida sobre a sua manifestação com relação à contrariedade quanto ao terceiro mandato. Eu diria a V. Ex^a que o Congresso Nacional ia receber, de fato, uma verdadeira avalanche de manifestações contrárias a isso, o que não impede a vigilância que se tenha com relação a essa tentativa, o que está retratado no discurso de V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE) – Obrigado, Senador Garibaldi. É muito importante, um Ex-Governador de Estado, Ex-Presidente desta Casa e do PMDB, ter essa posição - que não deve surpreender os seus companheiros - pelo seu passado e por sua postura democrática.

Estou encerrando.

Torço, Sr. Presidente, para que o verdadeiro desejo do Presidente da República seja concluir o seu mandato em dezembro de 2010, passando a faixa presidencial ao seu sucessor.

Eu discordo e questiono a campanha eleitoral antecipada que o Governo Federal vem fazendo em torno da pré-candidatura da Ministra Dilma Rousseff, mas sua postulação é legítima, não é um "atalho" para manter o poder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo pela participação de todos aqueles que se manifestaram de forma clara e contundente contra um terceiro mandato para o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB–PI) – Esse foi o Senador Jarbas Vasconcelos, que mostrou suas preocupações com uma trama para o terceiro mandato.

EM DEFESA DA CPI DA PETROBRÁS

(Brasília, 18 de Maio de 2009)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB - PI) - Com os nossos cumprimentos.

Após esse contundente pronunciamento de Mário Couto, denunciando as mazelas administrativas do Partido dos Trabalhadores no seu Estado, ouviremos, por cessão minha, que estava inscrito em terceiro, o Senador Jarbas Vasconcelos, que é do PMDB.

Jarbas Vasconcelos está até novo em política. O Roberto Carlos está fazendo 50 anos de carreira artística. E V. Ex^a entrou em 1970 com o primeiro mandato; então, está com 39 anos de serviço à Pátria e, muito cedo, engrandeceu o PMDB, tendo sido um dos peemedebistas autênticos aqui.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Governo precisa respeitar o papel da Oposição. O Governo ganha a eleição para governar; a Oposição perde a eleição e seu papel é o de fiscalizar o Governo. Se o Governo não cumpriu as suas obrigações de administrar com correção e, sobretudo, honestidade, a Oposição tem a obrigação de exercer esse papel fiscalizador. Sem medo de cara feia ou de ameaças.

O Presidente da República agora ameaça a Oposição dentro e fora do País, chamando-a de impatriótica, de irresponsável. O Ministro do Planejamento vai no mesmo caminho, Paulo Bernardo diz que CPI é ato irresponsável da Oposição.

O Poder Legislativo, Sr. Presidente, é tão soberano quanto o Poder Executivo. A Oposição não vai compactuar com irregularidades. Este Governo é farto em irregularidades, e V. Ex^a é um dos que aqui sempre têm denunciado isso. Desde os sanguessugas, os aloprados, passando pelo mensalão, a Oposição

sempre fez questão de apurar essas denúncias e tentar enquadrar o Governo.

Quem é o Presidente da República? Quem é o Presidente Lula para acusar a Oposição de ser irresponsável e impatriótica?

Foi sob o comando de Lula, Sr. Presidente, que o PT votou contra a Constituição de 1988, que completou vinte anos, com festas, muitos eventos com participação popular em todo o País, sobretudo aqui, nesta Casa, no Senado da República comemoramos os vinte anos da chamada Constituição Cidadã. O PT, sob o comando de Lula, votou contra a Constituição. Votou contra também a Lei de Responsabilidade Fiscal e quase a derrota recorrendo ao Judiciário. Votou contra o Proer, aquele programa feito para livrar os bancos do estado pré-falimentar em que se encontravam e que permite hoje que o Presidente da República possa exercer a política econômica de forma tranqüila. Votou contra o Plano Real, que foi discutido, votado, aprovado e adotado; embora, sob o comando de Lula, o PT fosse contra. Talvez fosse melhor governar aquela espiral inflacionária de quase duas décadas atrás.

Foi sob o comando de Lula que o PT defendeu dezenas de CPIs contra os Governos que passaram pela Presidência da República da década de 1980 até hoje. É querer fazer este Congresso de bobo, de tolo, ficar posando de dono da verdade (porque tem uma popularidade assegurada junto aos atendidos pelos programas assistencialistas que ele comanda) e querer atribuir à Oposição o papel que ele exerceu lá atrás, de irresponsabilidade, de não ser patriota e de querer votar contra tudo e contra todos aqui no Congresso Nacional. Este mesmo Congresso Nacional em que o Sr. Lula disse, há algum tempo, havia trezentos picaretas!

No passado recente, o PT e Lula exerceram o papel de opositor de forma radical, irresponsável e intolerante. Basta consultar a mídia para ver a intolerância do PT, sob o comando de Lula, contra atos administrativos de Governos anteriores, como, por

exemplo, de FHC e de Itamar Franco. Não podem, Sr. Presidente, dar aula de correção a ninguém. Lula não pode dar aula de correção, de ética, de bom exemplo a quem quer que seja, porque ele teve no Congresso Nacional comportamento irresponsável e leviano.

O presidente não pode agora vir acusar a Oposição de ter proposto uma CPI contra a Petrobrás (que está sendo acusada de prática de corrupção, de malversação do dinheiro público), tentar acusar a Oposição de ser irresponsável, de querer desestabilizar a economia e prejudicar os negócios. É uma falácia afirmar, Sr. Presidente, que a CPI da Petrobrás vai prejudicar a economia brasileira. Faz dezessete anos que o País tirou um Presidente da República do cargo e não aconteceu nada no Brasil. A economia nacional continuou a mesma.

O Governo Lula implantou, na Petrobrás, um aparelhamento partidário e ideológico, igual ao que o coronel Hugo Chávez implantou lá na Venezuela com relação à PDVSA, a petrolífera Venezuelana. Só que aqui a mídia é diferente, aqui há imprensa livre e independente, existe um Congresso aberto que funciona, uma Câmara dos Deputados e um Senado da República que não vão deixar o Presidente conquistar o terceiro mandato, nem querer transformar uma empresa do povo, como é a Petrobrás, em uma PDVSA do coronel Hugo Chávez. Este Governo implantou, na Petrobrás, um aparelhamento partidário e ideológico nunca visto no cenário político brasileiro. Essa manipulação é que está prejudicando a empresa e seus acionistas, o povo brasileiro, que é o dono da Petrobrás.

Quando, por iniciativa do PSDB, foi proposta a CPI da Petrobrás, foi em defesa da empresa, para defender o acionista, a história, a tradição, a grandeza da Petrobrás, e não deixá-la sob o comando irresponsável de Lula e do PT.

Nos últimos meses, a Petrobrás tem sido exposta a uma avalanche de denúncias de irregularidades, Sr. Presidente. Vou relatar apenas cinco episódios que mostram a danosa gestão do

Governo Lula na Petrobrás. Essa história de que a CPI não tem foco não é verdade, tem foco. Tem foco e um foco objetivo, um foco bem direcionado, para que a Oposição possa investigar:

1º) A necessidade de um empréstimo emergencial de R\$2 bilhões da Caixa Econômica Federal, que se tornou necessário diante do aumento dos gastos operacionais da empresa;

2º) o superfaturamento das obras em diversos empreendimentos da Petrobrás apontados pelo Tribunal de Contas da União.

Não é o PMDB, o PSDB e o DEM que estão dizendo que há obras irregulares, mas o TCU. É o Tribunal de Contas da União que está dizendo que, inclusive em meu Estado, Pernambuco, há uma obra superfaturada, na refinaria Abreu e Lima. Esse problema inclusive prejudicou o andamento das obras. A falta de cuidado na gestão ameaça um projeto pelo qual os pernambucanos passaram décadas lutando.

3º) as manobras da Petrobrás para evitar o recolhimento de R\$4 bilhões em impostos, manobra que inclusive foi questionada e apontada como irregular pela própria Receita Federal, um órgão do Governo. Uma estatal enganando a Receita Federal.

IV- O pagamento irregular de *royalties* a Municípios por parte da Petrobrás, numa investigação realizada pela Polícia Federal.

É a Polícia Federal que está no encalço da Petrobrás, e a Oposição chega agora para tornar as coisas mais claras, através de uma CPI. Nós não estamos inventando, criando nada. É só consultar a mídia e ver que a Polícia Federal está investigando a Petrobrás.

V - O uso político da Petrobrás, por meio de uma ONG ligada ao PT, para financiar festas de São João em Municípios da Bahia.

O Presidente da Petrobrás é um exemplo de como o poder sobe à cabeça das pessoas. O Sr. Sérgio Gabrielli trata aquela empresa brasileira, grande estatal brasileira, como se fosse uma empresa do PT, do Governo Lula. Dentro do Governo existe até

uma disputa para saber quem é mais prepotente e arrogante: o Gabrielli ou a Ministra Dilma.

Senador Mão Santa, quem é o Presidente Lula para falar de patriotismo quando faz a Petrobrás ser humilhada pelos governantes da Bolívia, da Venezuela e do Equador? Tudo isso sob o comando do coronel Chávez. Em todos esses países, o Brasil está sendo tratado como inimigo e o Governo Federal faz vistas grossas a esses abusos.

O Presidente da República afirma que a CPI é eleitoreira. Nós estamos no dia 18 de maio de 2009. Quem foi que montou um palanque eleitoral em janeiro, apelidado de PAC, e lançou a candidatura da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República? O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

A Oposição ainda não lançou ninguém. O PSDB tem dois candidatos, que estão governando seus Estados, sem estar em palanque eleitoral. Quando o Presidente da República diz no exterior que a CPI é eleitoreira, é muita desfaçatez, Sr. Presidente. É muita desfaçatez! Um Presidente da República que arma um palanque e coloca a sua Ministra como candidata vir com essa história, essa conversa fiada para cima da gente, para cima da opinião pública brasileira, de que a CPI é eleitoreira?! Eleitores são os expedientes usados pelo Presidente da República, que monta um palanque do PAC que já percorreu este País inteiro fazendo publicidade e propaganda eleitoral. O Presidente da República afirma - volto a afirmar - que a CPI é eleitoreira. De agenda eleitoreira, Presidente Mão Santa, quem entende é o Presidente Lula, que transforma todo evento do Governo num palanque para a Ministra Dilma Rousseff.

Apesar de montar palanques do PAC por todo o País, o Governo continua tão ineficiente que, de 123 obras - *O Globo* publica sábado passado - avaliadas pela própria Controladoria-Geral da União, 84, Presidente Mão Santa, não saíram do papel.

É a CGU que explicita para a opinião pública que 84 obras não saíram do papel.

O que vem prejudicando o Programa de Aceleração do Crescimento é a ansiedade eleitoral. Na tentativa de fazer em dois anos o que não fez em seis, o Governo está trocando os pés pelas mãos. Essa ansiedade foi tornada explícita em janeiro passado, quando o Presidente Lula anunciou que a candidata do PT à Presidência seria a Ministra Dilma.

Que o Governo não imagine que a opinião pública esqueceu os escândalos do mensalão, dos sanguessugas, dos aloprados de São Paulo. A opinião pública não esqueceu esses episódios, Sr. Presidente Mão Santa. O que se espera é que a Justiça cumpra seu papel e puna aqueles que usam os recursos do Governo Federal para cometer irregularidades e tentar se manter no poder a ferro e fogo.

A Petrobrás não é do PT, do Gabrielli, da Ministra Dilma ou do Presidente Lula. A Petrobrás é do povo brasileiro. Essa CPI, que foi apresentada e formalizada sexta-feira próxima passada, tem o objetivo de impedir que este Governo comprometa o futuro da empresa, para assegurar que a Petrobrás seja administrada sem interferências partidárias e ideológicas. É isso que a Oposição quer, Sr. Presidente, quando, com 32 assinaturas, formalizou o pedido para que a Petrobrás fosse investigada através de uma CPI, expediente absolutamente normal. O PT, sob o comando de Lula, usou e abusou destes expedientes, propondo CPIs de propostas de CPI, a toda hora e a todo instante, contra os Governos que o antecederam.

Não é hora, Sr. Presidente, de querer fazer a opinião pública de idiota, de boba, de tola, de começar a dizer lorotas aqui e lá fora. O Presidente tem se especializado em dizer lorotas. Chamar a Oposição de irresponsável, de leviana, de impatriótica, secundado agora pelo seu Ministro do Planejamento é querer realmente se expor ao ridículo. Este País passa por um momento medíocre, dirigido por um governo medíocre, com expedientes tão medíocres, que a Oposição tem que realmente agilizar o mais breve possível a instalação dessa CPI da Petrobrás e apurar malversação do dinheiro público, dinheiro para São João; apurar a questão de *royalties*;

saber por que a Caixa Econômica emprestou somente para a Petrobrás, ao invés de atender aos demais agentes econômicos em momento de restrição ao crédito por parte dos bancos privados. Tudo isso precisamos fazer.

Imagino que o Presidente Lula não deve ter passado um fim de semana tranquilo, pelas trapalhadas, pelas bobagens que fez com relação à caderneta de poupança. Coisa simples de resolver, porque, pois se o seu desejo é que os juros caiam, é lógico que tem que mexer na poupança. A poupança não pode ficar intocável porque queremos a queda de juros - juros que caíram no mundo inteiro e que não caem aqui no Brasil. Mas ele faz uma trapalhada tão grande que, no fundo, fica a classe média, sempre a classe média, pagando o preço da irresponsabilidade e da incompetência do Governo.

Quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e dizer que acho que é hora não só da Oposição, mas de pessoas aqui nesta Casa levantarem sua voz, seu protesto, para que a gente não marche para uma coisa parecida com a Bolívia, com a Venezuela, com o Equador, de dar um basta a essa passividade da sociedade com relação ao comportamento leviano - e irresponsável do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) - O povo brasileiro tem que agradecer ao Senador Jarbas. O Senador Jarbas entrou em 1970; em 1974, Cristovam Buarque, o Senador Jarbas Vasconcelos era um dos 17 que enfrentaram o poder ditatorial. Da cabeça desses 17, dois quais o Jarbas fazia parte, do PMDB autêntico, surgiu a idéia do anticandidato; não foi de Ulysses Guimarães. Eles chegaram a convidar Sobral Pinto, mas Ulysses, vendo que a ideia era boa, tomou para si a bandeira, e Sobral Pinto foi o vice do anticandidato contra a ditadura.

Então, Jarbas Vasconcelos não iria se atemorizar, agora, com ameaças do Partido que está no Governo. Essa é uma firmeza de caráter dele, que vem desde quando foi um dos idealizadores da anticandidatura de Ulysses Guimarães.

Convidamos para usar da palavra o Senador Roberto Cavalcanti. Ele é do Estado da Paraíba, esse grandioso Estado que tem na bandeira o “nego” - nego a corrupção, nego a ditadura, nego a violência. Roberto Cavalcanti representa aqui o PRB, o partido do Vice-Presidente da República, uma figura extraordinária, que se imola pela administração do Brasil.

POR UMA REFORMA POLÍTICA SÉRIA

(Brasília, 2 de Junho de 2009)

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, são extremamente preocupantes as últimas notícias divulgadas pela imprensa sobre o andamento da proposta de reforma política na Câmara dos Deputados. Informações apontam para o fracasso desta que será a décima tentativa. Em seu lugar, estamos caminhando para a aprovação de um engodo, de uma grande enganação que só contribuirá para o aumento do desgaste pelo qual o Poder Legislativo passa desde o início do ano. É vergonhoso, Sr. Presidente, chamar esse arremedo de reforma política.

Devo reconhecer que mantenho até hoje meu ceticismo com relação à viabilidade dessa mais recente tentativa de corrigir as distorções do sistema político e eleitoral brasileiro. Os motivos da minha descrença são objetivos: não creio que uma reforma política digna e honesta tenha condições de ser aprovada no penúltimo ano do mandato presidencial. A outra razão decorre da profunda fragmentação partidária existente hoje na Câmara dos Deputados.

Faço essas ressalvas apesar do esforço e da seriedade do Deputado Ibsen Pinheiro, do PMDB gaúcho, escolhido para construir uma proposta mínima de Reforma Política. Como uma andorinha só não faz verão, foi mais um esforço desperdiçado, como tantos outros na história recente da Câmara dos Deputados.

Como uma andorinha só não faz verão, foi mais um esforço desperdiçado, como tantos outros na história recente da Câmara dos Deputados.

Nos últimos anos, a Câmara se transformou, de forma assustadora, no "cemitério" da reforma política. Sei da disposição de alguns parlamentares em buscar a mudança, mas a maioria é beneficiária dessa verdadeira bagunça que existe hoje. Fragmentada como nunca se viu antes, a Câmara não consegue construir um mínimo consenso nas propostas mais ousadas.

Pois bem, Sr. Presidente, é essa maioria pulverizada da Câmara que pretende aprovar dois absurdos: a “janela da infidelidade”, que abre espaço para o troca-troca partidário; e a redução para seis meses do prazo exigido para a filiação de candidatos, que hoje deve ocorrer um ano antes das eleições. São duas medidas que fragilizam mais ainda as legendas e mantêm espaços para que os casuísmos permaneçam.

Além da “fidelidade pirata”, a Câmara corre o risco de comprometer a credibilidade de outra proposta correta, extremamente necessária, que é o financiamento público das campanhas eleitorais.

Em minha opinião, Sr. Presidente, financiamento público isolado significa jogar dinheiro fora, colocar recursos públicos nas eleições sem uma contrapartida de mudanças na forma como os partidos se organizam.

Mais grave ainda: passará a imagem para a opinião pública de que o Congresso Nacional só aprova o que é do seu interesse corporativo, de que o Congresso Nacional só se preocupa com questões pecuniárias.

Será, Sr. Presidente Mão Santa, que não aprendemos nada, após os últimos episódios envolvendo as despesas do Legislativo? Episódios que envolveram a Câmara, que envolveram o Senado, que envergonharam crianças e idosos.

O financiamento público das campanhas precisa estar ao lado de outras medidas moralizadoras da atividade política, como o fim das coligações proporcionais e a adoção do voto distrital misto.

O Congresso não vota a proposta que põe fim nas coligações proporcionais porque não quer. Quando cheguei aqui, em 2007, encontrei em tramitação, um projeto de lei do então senador Leonel Pavam, atual Vice-Governador de Santa Catarina, que proibia coligação em eleições proporcionais.

Só que esta proposta não poderia ter sido feita por meio de projeto de lei, deveria ser apresentada uma PEC, por isso o projeto

foi arquivado. Logo depois, ainda em 2007, eu apresentei proposta de emenda à constituição permitindo coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. A PEC foi aprovada na CCJ, se não estou enganado com apenas um voto contrario, do Senador Inácio Arruda, e veio para a pauta do plenário onde está até hoje. Quer dizer, o próprio Senado da República não vota a matéria porque não quer.

E o que é a coligação nas eleições proporcionais? É votar em José e eleger João; uma verdadeira aberração, uma verdadeira imoralidade V. Ex^a sabe disso, porque foi Prefeito e Governador do Piauí, é Senador da República, e sabe que o que tem infelicitado o País nos últimos anos são essas pequenas legendas de aluguel, que mutilam as duas Casas do Congresso, em especial a Câmara dos Deputados. O Governo Lula ajudou muito essa prática, nessa política do toma lá e dá cá, de fazer uma base sem se preocupar com as questões éticas, sem se preocupar com o tamanho da personalidade e da história das pessoas. E essa base, que já promoveu mensalão, que já se envolveu em muitos outros escândalos, é a mesma base com que conta o Governo e que não tem ajudado, nem o Governo nem a própria classe política, a fazer uma reforma política, mesmo que seja uma reforma mínima.

Não existe, Sr. Presidente, nenhum sistema melhor de representação parlamentar do que o voto distrital misto, um sistema existente na Alemanha desde 1949. Esse sistema consegue reunir as vantagens da eleição proporcional e da eleição majoritária. Ele melhoraria a qualidade da representação no Congresso Nacional e fortaleceria os partidos e a democracia brasileira.

Diante das discussões que ocorrem neste momento na Câmara dos Deputados, como o eleitor vai aprovar a ampliação dos recursos para campanhas eleitorais se ele tem sérias críticas à forma como a política funciona no País?

Diante de todo este cenário, Sr. Presidente Mão Santa, cresce a importância do trabalho do Senado Federal para corrigir eventuais propostas aprovadas lá na Câmara dos Deputados. Não

seria a primeira vez. Esta Casa já se comportou com correção e altivez em outras oportunidades.

Se não existem condições políticas hoje para aprovar uma reforma política, vamos deixar esse trabalho para o início da próxima legislatura. Não acho necessária a instalação de uma constituinte, como chegaram a falar recentemente. O que precisa existir é determinação, é vontade política por parte da maioria das lideranças partidárias, especialmente daquelas que estão comprometidas com as mudanças.

Também, será necessária a disposição do próximo Presidente da República em assegurar prioridade para a reforma política, que, sempre tenho afirmado, é a “mãe” de todas as reformas institucionais de que o Brasil precisa. Não que as outras não sejam necessárias e urgentes, como a reforma tributária, a reforma previdenciária e outras tantas, mas sem reforma política nós continuaremos nessa mesmice que predomina desde o início desta legislatura, sem perspectivas de qualquer tipo de mudança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

TRABALHOS PUBLICADOS

- Um Análise da Economia Canaveira de Pernambuco (1972)
- Liberdade e Desenvolvimento (1973)
- O Papel da Oposição (1978)
- Constituinte Já! A Solução da Crise (1978)
- Pernambuco: Descaso e Miséria (1983)
- Denúncias Contra o Governo e o Regime (1984)
- A Oposição Exercida Como Direito (2007)
- Democracia e Estado de Direito (2007)
- O Apagão do Governo Lula (2007)
- CPMF: Um Imposto Anacrônico (2007)
- Ulysses Vive (2007)
- Orgulho de Pernambuco (2008)
- De tributos e abusos (2008)
- Abaixo a mediocridade (2008)
- Por uma gestão pública de qualidade (2008)
- Josué de Castro – Uma Vida Contra a Fome (2008)
- A Voz do Semiárido (2009)

ENDERECO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Senador Jarbas Vasconcelos
Senado Federal
Ala Senador Dinarte Mariz, Gab. 4
70165-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3303-3245
Fax: (61) 3303-1977
e-mail: jarbas.vasconcelos@senador.gov.br
Site: www.jarbasvasconcelos.com.br